



REQUERIMENTO	Entrada na Secretaria	DESPACHO	
	Em, 03/04/2018 <u>Sandra Melo</u> Adiado para a próxima Sessão	Aprovado na sessão de / /	
Nº <u>615</u> /2018	Em, / /	Presidente	Secretário
	Presidente	EMENTA: Requer ao Governo Federal pressa para a regularização na distribuição de medicamentos para doenças raras	

Senhor Presidente,

Requeiro com base no que faculta o Regimento Interno da Casa, que seja feito apelo por pressa ao Governo Federal, precisamente ao presidente Michel Temer e ao Ministério da Saúde, para a regularização na distribuição de medicamentos para doenças raras obtidas por medida judicial que está atrasada há pelo menos dois meses e prejudicando os pacientes, que correm risco de morrer caso a distribuição não seja regularizada. O Portal Correio que divulgou a matéria, entrou em contato com o Ministério da Saúde para saber um posicionamento do órgão quanto ao problema com as medicações para doenças raras.

Em resposta, o Ministério não informou as causas para a demora na distribuição dos medicamentos e mandou uma resposta que não esclarece a situação. "O Ministério da Saúde trabalha para aprimorar o processo de oferta de medicamentos via ação judicial. Com o número crescente de ações direcionadas à saúde, o Ministério da Saúde criou, em 2017, o Núcleo de Judicialização para melhor atender às demandas judiciais e garantir que a medicação solicitada é mesmo indicada ao paciente e trará benefícios à sua saúde. O Ministério defende que o monopólio de distribuição defendido pelo laboratório produtor contraria a legislação vigente e cria custos adicionais para os cofres públicos. Na aquisição do Eculizumabe, por exemplo, conforme a lei de licitações, a empresa que apresentou o menor preço oferta exatamente o mesmo produto do seu concorrente", informou o Ministério.

O Ministério da Saúde informa que analisa todas as demandas judiciais para fornecimento de medicamentos fora da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais ao Sistema Único de Saúde (SUS). A análise é realizada pela equipe médica multidisciplinar do Núcleo de Judicialização do Ministério da Saúde, com base em estudos clínicos disponíveis. O objetivo é inibir fraudes e garantir que a medicação solicitada é mesmo indicada ao paciente", informou o ministério.

Que se comunique ao presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto, em Brasília (Praça dos Três Poderes - Brasília, DF, 70150-900); e ao Ministério da Saúde - Esplanada dos Ministérios Bloco G - Brasília-DF / CEP: 70058-900

Plenário, 03 de abril de 2018.


VEREADOR MÁRCIO MELO RODRIGUES